

# Governo tenta negociar emenda

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Será adiada do dia 8 para o dia 11, ou para depois do dia 14, a apresentação do parecer do relator da emenda Sarney, de convocação de eleições para a Assembléia Constituinte. O deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da proposta na comissão mista do Congresso, atendeu apelos do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, para "ganhar tempo".

Ulysses pretende conversar sobre o assunto com líderes partidários e dirigentes da OAB, da ABI, da CNBB e de entidades sindicais, na tentativa de encontrar uma solução de consenso, capaz de receber o apoio das entidades civis e ser aprovada por dois terços da Câmara e dois terços do Senado.

O deputado Bierrembach pretendia, inicialmente, apresentar ontem seu parecer à comissão mista. Alegando necessidade de estudar mais as subemendas e ampliar contatos com setores da sociedade, em setembro o relator adiou a apresentação para o dia 8 e ontem atendeu ao pedido de novo adiamento feito pelo presidente do PMDB e da Câmara.

Ulysses Guimarães está convencido de que surgiriam dificuldades à aprovação pura e simples da emenda Sarney, convocando para 15 de novembro de 1986 eleições para a Assembléia Constituinte. As mais atuantes entidades civis colocaram-se contra a emenda do presidente Sarney, sob a alegação de que não haveria soberania, nem participação popular, com a transformação do Congresso em Assembléia Nacional Constituinte. A ABI, OAB, CNBB e sindicatos defendem a Constituinte autônoma, com eleições separadas de constituintes e de parlamentares — tese que não está encontrando boa receptividade junto à maioria de deputados e senadores.

Preocupado com o impasse entre entidades representativas da sociedade e o Parlamento, Ulysses Guimarães resolveu dialogar com os dirigentes daquelas entidades e com os líderes do PMDB, do PDS, do PDT,

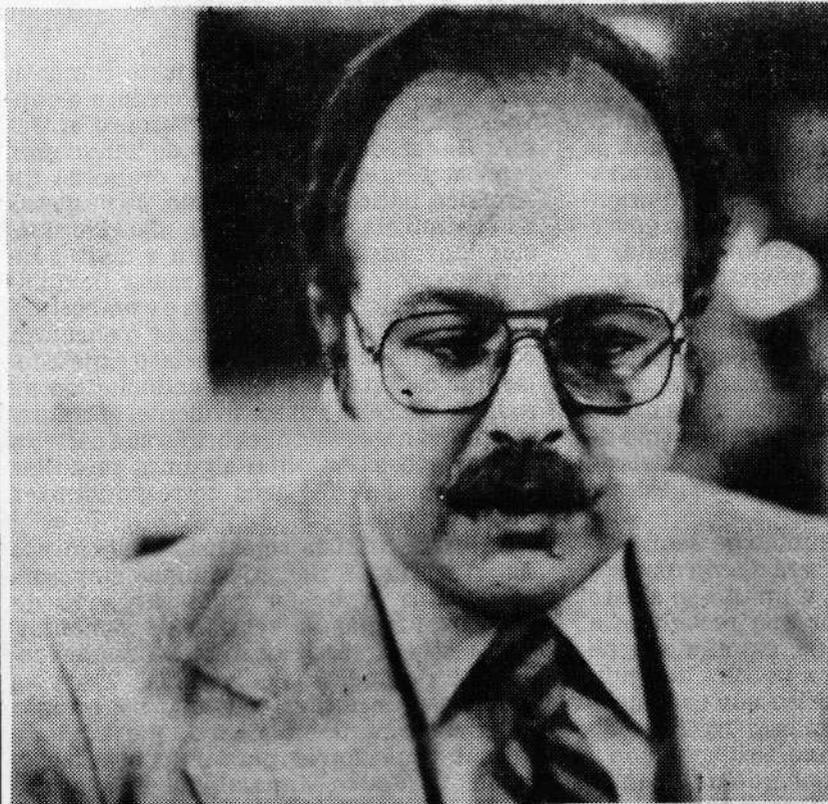
do PT e do PTB, buscando uma fórmula conciliatória.

Muitos deputados, de vários partidos, entendem que o Congresso não pode "passar recibo" às críticas de entidades civis com a intenção dizem eles — de ocupar os lugares dos partidos políticos, procurando formar junto à opinião pública uma imagem negativa do Parlamento e dos parlamentares. Os políticos afirmam reconhecer o relevante papel que OAB, ABI, CNBB e outras entidades exerceram, durante os governos militares, lutando pela redemocratização. Mas acham, também, que as entidades civis não podem substituir os partidos — essência do regime democrático.

O relator Flávio Bierrembach reconhece o "fosso" entre o Parlamento e entidades civis. Preocupado, mostrou aos presidentes da Câmara e do Senado que deve ser negociada a emenda Sarney, de convocação de eleições para a Constituinte, sob pena de problemas na votação e de agravamento das relações entre o Congresso e setores representativos da sociedade.

Ulysses Guimarães reconheceu as dificuldades e pediu ao relator para ganhar tempo, deixando de apresentar seu parecer na comissão mista nesta terça-feira. Acredita o presidente do PMDB e da Câmara que poderá contornar o problema, encontrando uma solução de consenso — apesar da posição do PDS e do PFL e de setores do PMDB a favor da aprovação da emenda Sarney exclusivamente tratando da convocação das eleições para a Constituinte. Os problemas político-institucionais seriam debatidos pela própria Assembléia Constituinte, durante seus trabalhos.

Para aprovar qualquer emenda constitucional será necessário o apoio de dois terços de cada Casa — 320 deputados e 46 senadores. Se um terço discordar, faltará quórum. Daí a preocupação de Ulysses Guimarães, José Fragelli, Pimenta da Veiga e Humberto Lucena, e dos líderes do PFL, Carlos Chiarelli, e José Lourenço, comprometidos com a aprovação da emenda da Constituinte.



Arquivo

Bierrembach adia o parecer do dia 8 para dia 11

## As sugestões dos juristas

Cerca de 60 juristas de São Paulo, reunidos ontem no Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, defenderam a convocação de Constituinte desvinculada do próximo Congresso. As sugestões finais do encontro foram entregues ao deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), relator da comissão mista que examina a emenda do governo e as subemendas apresentadas a ela.

Além de Assembléia Nacional Constituinte autônoma, os juristas de São Paulo sugeriram, entre outros pontos, que a data para eleição dos constituintes não coincida com a de outra eleição qualquer, propondo o pleito para o dia 7 de setembro de 1986; que se remova a legislação autoritária,

principalmente as medidas de emergência e a Lei de Segurança Nacional, antes da Constituinte; que o sistema de escolha dos candidatos à Constituinte seja proporcional e por indicação dos partidos; que a desincompatibilização se inicie em 1º de janeiro de 86, tendo em vista evitar a utilização de verbas orçamentais por eventuais candidatos no exercício de cargos públicos; que seja realizado referendo popular, posterior e parcial, para questões que tenham alcançado 2/5 da votação, se requerido pelos vencidos; que sejam constituídas comissões consultivas municipais com o objetivo de recolher subsídios junto às comunidades dos municípios para serem encaminhados à Constituinte.

NC 88  
asta 10/35-1  
3/1985